

CIÊNCIA E POLÍTICA NA TRANSIÇÃO PARA O SÉCULO XX: MEIO E RAÇA COMO ELEMENTOS NORTEADORES DE UMA NAÇÃO

Fábio Silva Souza¹

RESUMO: A construção de um projeto de nação brasileira se deu na primeira metade do século XIX, em meio a um período de turbulências. Nesse período, foram criados os cursos de Direito em Olinda e São Paulo, além do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Após 22 anos de precariedade, o curso de Olinda foi transferido Recife, e foi quando, em 1870, Silvio Romero anunciou um conjunto de ideias científicas, inaugurando uma nova fase da historiografia brasileira. Ele propôs uma tríade racial como formadora do povo brasileiro, e para estudá-la recorreu ao folclore, tendo como objetivo compreender a contribuição cultural de cada raça para formação do povo brasileiro analisando homem e natureza. Essa sugestão aparece nas obras de Felisbello Freire e Euclides da Cunha que tomamos como exemplo para investigar a repercussão do pensamento de Romero. Esta pesquisa está pautada por uma sociologia do conhecimento de Mannheim, preocupada em investigar como as verdades são construídas em tempos de turbulência social. E, assim, a passagem do império à república é significativa para a dicotomia entre tradição e modernidade, sertão e litoral.

PALAVRAS-CHAVE: nação; IHGB; Romero; Freire; Cunha.

SCIENCE AND POLITICS IN THE TRANSITION TO THE 20TH CENTURY: ENVIRONMENT AND RACE AS GUIDING ELEMENTS OF A NATION

ABSTRACT: *The construction of a project for a Brazilian nation took place in the first half of the 19th century, in the midst of a period of turmoil. During this period, Law courses were*

¹ Universidade Federal de Sergipe (PPGS/UFS) – São Cristóvão - Sergipe - Brasil. Doutor em Sociologia. Pesquisador Grupo de Estudos e Pesquisa em Sociologia, Educação e Trabalho (GEPSET). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3529-5374>. fasiso72@gmail.com

created in Olinda and São Paulo, in addition to the Brazilian Historical and Geographical Institute After 22 years of precariousness, Olinda's course was transferred to Recife, that is when, in 1870, Silvio Romero announced a set of scientific ideas, inaugurating a new phase of Brazilian historiography. He proposed a racial triad as the formation of the Brazilian people, and in order to study it resorted to folklore. His objective was to understand the cultural contribution of each race to the formation of the Brazilian people, analyzing man and nature. This suggestion appears in the works of Felisbello Freire and Euclides da Cunha, which we take as an example to investigate the repercussions of Romero's thoughts. This research is guided by Mannheim's sociology of knowledge, concerned with investigating how truths are constructed in times of social turmoil. Hence, the passage from empire to republic is significant for the dichotomy between tradition and modernity, sertão and coast.

KEYWORDS: *nation; IHGB; Romero; Freire; Cunha.*

Notas introdutórias

O presente texto reflete sobre a importância de uma geração intelectual situada entre 1870 e 1930, relacionando a importância de categorias como raça e meio geográfico como elementos norteadores de uma nação. Vale lembrar que o pensamento científico da época era regido pelo positivismo, evolucionismo e determinismo racial, categorias emblemáticas para se refletir sobre dilema entre povo e atraso da nação. O debate construído, principalmente a partir das sugestões de Silvio Romero sobre a fabula das três raças e o folclore como método investigativo, buscava refletir sobre a realidade social brasileira por um novo prisma, buscando elementos empíricos, influenciados pelos métodos positivistas.

Esse modelo interpretativo da realidade brasileira, incorporava ares litorâneos guiados por uma narrativa produzida pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e suas amarras à corte portuguesa, situada na cidade do Rio de Janeiro (MORENO, 2014; ROSI, 2016). A reação a esses ares afrancesados se deu na Escola do Recife (ER), onde Tobias Barreto, jurista mulato, percebeu a contradição de sua associação ao determinismo racial, positivista francês. Por oposição à teoria francesa, Barreto findou, propondo na ER, uma teoria filosófico-jurídico alemã, que no nosso entender, pode ser considerado o embrião de uma querela Norte e Sul, perpetuado na distinção entre o “sertão” arcaico e o “litoral” moderno.

Na sequência, Silvio Romero (2002)², na própria ER, incorporou uma postura mais afrancesada, propondo elementos que relacionavam o meio e o homem para refletir a nação. Nesse momento poderíamos então refletir: estando Romero na ER, onde havia uma forte tradição do debate alemão, sugerido por Barreto; tendo ele assumido uma postura diferente de seu antecessor e conterrâneo sergipano; por que esse optou pelo não enfrentamento teórico com Barreto?

Nossa hipótese nesse momento é guiada por uma sociologia do conhecimento sugerida por Randal Collins (2004), que percorre uma microsociologia, pela qual procura analisar os ritos e a rede de sociabilidades que creditam as ideias e teses de um determinado autor, pensando pelo viés do campo bourdieusiano. Barreto já era um intelectual consagrado, alguém que propôs uma revolução no curso de Direito na ER, que publicava nos jornais alemães etc. Diante de tal autoridade, Romero tomou uma postura mais pacata, totalmente diferente do que ele fez em relação a Manoel Bomfim, autor de *América Latina males de origem* (1905).

O livro de Bomfim propunha teses inovadoras à época, refletindo sobre o atraso brasileiro por meio de questões parasitárias do povo europeu. Mas Romero, autoridade agora reconhecida no campo do pensamento social, sem pestanejar, escreveu

um livro relativamente volumoso com 361 páginas, assim denominado, *A América Latina: analyse do livro de igual título do Dr. M. Bomfim* (ROMERO, 1906), por meio do qual Romero se dedica a responder às críticas que recebeu do intelectual e conterrâneo Manoel Bomfim. (SOUZA, 2022, p. 96)

De posse dessa apresentação preliminar, onde foram elencadas contradições Norte e Sul, sertão e litoral, atraso e modernidade, sociabilidades entre dois expoentes intelectuais da ER, investigamos o espírito que animou a produção intelectual na transição de império à república. Tomando como figura central no debate o intelectual Silvio Romero e suas sugestões sobre a fábula das três raças e o folclore como método. Percebendo ainda como essas sugestões levaram a um modelo investigativo, descritivo, paisagístico e relacional determinista de comportamentos antropológicos, presentes no pensamento social brasileiro, em especial nas obras de intelectuais como Felisbello Freire (1891) e Euclides da Cunha (1902). Pensadores classificados como intelectuais “Republicanos de Primeira

² Texto original publicado em 1882. Dado fundamental para compreendermos o pioneirismo de suas ideias.

Geração”, ambos pensadores apresentam obras que parecem seguir orientações advindas de Silvio Romero (2002), descrevendo a paisagem e posteriormente o homem como um apêndice adaptativo a esse meio natural.

Para tal reflexão percebemos em Romero (2002) um intelectual responsável pela recepção do positivismo evolucionista no Brasil. Um pensador que inovou na interpretação intelectual sugerindo a inclusão do negro na galeria étnica formativa do povo brasileiro. Nesse sentido avançando sobre as propostas advindas do romantismo indianista que via o povo brasileiro pelo cruzamento entre brancos e índios, exemplo típico encontrado no romance indianista, *Iracema* de José de Alencar, publicado em 1865.

A hipótese aqui sugerida é as ideias sobre a fabula das três raças, como formadoras do povo brasileiro e a necessidade de relacionar meio e raça/etnia aparecem, pelo menos quatro grandes obras do pensamento social brasileiro: *História de Sergipe* (1891); *Os sertões* (1902); *Casa grande e senzala* (1933) e *Etnias sergipanas* (1950). Entretanto, dada à natureza do texto apresentado, por hora iremos nos ater a análise apenas das duas primeiras, explanando ainda sobre o contexto ideológico e político que permeavam a produção dessas obras.

Do ponto de vista metodológico, recorreremos a sociologia do conhecimento sugerida por Karl Mannheim (1893-1947). Pensador preocupado com o tema da produção da verdade, considerado a partir de determinados contextos políticos e sociais, Mannheim procurou investigar a possibilidade de um corpo intelectual, por ele denominado de *Intelligentsia*, bem como sua capacidade de mediar os diferentes conflitos sociais, por meio de vínculos institucionais (MANNHEIM, 1964; 2004; VIEIRA, 2008; BORTOLI, GALLON, 2015; BARBOSA, 2019; FONTANA, 2015).

Esse modelo sociológico mannheiminiano é assaz interessante como elemento condutor de uma investigação acerca do dilema entre tradição e modernidade na sociedade brasileira do final do século XIX e como esses elementos foram incorporados no debate do pensamento social. Nosso objetivo foi investigar como as sugestões teórico-metodológicas advindas transitaram no debate social, analisando mais especificamente como a relação entre meio e raça estiveram presentes nas descrições minuciosas e nas relações empreendidas por Freire e Cunha, revelando dois brasis, um arcaico, situado no sertão e outro um moderno idealizado pelo litoral.

O presente texto discute sobre o contexto, produção e repercussão das obras de Felisbela Freire e Euclides da Cunha. Para tal análise, partiremos de uma incursão teórica acerca da construção do debate sobre nação partindo da formação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e pela relevância

de Silvio Romero e da Escola do Recife no debate social. Por fim, apresentamos como essa estrutura entre meio e raça norteou a reflexão sociológica na transição do século XIX e início do XX.

Uma historiografia brasileira e a questão da nação

A primeira fase da historiografia brasileira se encontra marcada pela predominância amadorística e literária. Nela encontramos como referência os cronistas coloniais como Frei Vicente do Salvador (1564-1635). O período seguinte gravitou sobre uma historiografia preocupada em criar uma narrativa que prestasse conta da criação do Estado Nação e foi justo nessa fase que se deu uma importante virada epistêmica, que caracterizou uma geração, situada entre os idos de 1870 a 1930. Um grupo de pensadores que ficou marcado pela importação do positivismo francês, com elementos de um determinismo geográfico e racial, além do rompimento com séculos de tradição pautados no pensamento religioso no Brasil.

A terceira fase da historiografia brasileira se pautou sobre o tumultuado contexto dos anos 1930, o retorno ao nosso passado colonial como mecanismo de busca de nossas origens étnicas e construção de uma identidade cultural nacionalista. A velha cisão entre norte e sul foi ratificada, pela *intelligentsia* paulista, que já havia tentado implementar um projeto de modernidade estético-literária nos idos de 1920 (PIVA, 2000), que gerou um movimento regionalista, com predomínio de um debate acerca da nordestinização, que foi capitaneado por Gilberto Freyre no Recife (FREYRE, 2013; ALBUQUERQUE JR., 2009; 2017).

O grupo paulista buscou criar uma “identidade bandeirante”, através de uma narrativa que adotava São Paulo como referência historiográfica. Esses intelectuais adotaram o referido Estado como ponto de partida das missões tanto para Goiás, como para Minas Gerais por meio do bandeirantismo. De modo a reforçar essa ideologia vieram para o Brasil, missões³ de intelectuais americanos,

³ De acordo com a professora Fernanda Peixoto (2001), a escolha desses grupos atendia a necessidades específicas. A autora observou que os pensadores estadunidenses traziam em sua experiência estudos clássicos a Escola de Chicago, famosa por seus estudos urbanos sobre conflitos étnicos. Lembremo-nos que essa região atraiu inicialmente negros libertos da escravidão que migraram do Mississippi em busca de empregos e melhores condições de vida urbana. Já no início do século XX, com a revolução Taylorista, a fábrica da Ford passou a atrair milhares de trabalhadores de todo o mundo seduzidos pela busca de melhores salários (SOUZA, 2010). Esses ingredientes alimentaram condições para o desenvolvimento do que veio a ser a Escola de Chicago e foi essa experiência que subsidiou a vinda desse grupo para São Paulo.

Os intelectuais franceses vieram em busca de experiência pedagógica e consistência pessoal curricular. Eles trouxeram uma vasta experiência teórica e experiência sobre às humanidades (PEIXOTO, 2001).

atrelados à Escola de Chicago e aos mestres franceses, com vasta experiência em humanidades. Sendo esses os principais grupos intelectuais responsáveis por fundar a Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP) em 1933 e a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP (FFCL-USP) em 1934.

Vale lembrar que a narrativa bandeirantista e vitoriosa do grupo paulista não retratava a realidade em si, ela era uma reação de um momento de declínio de sua elite política local e ascensão de grupos oriundos de outras regiões do país, a exemplo do líder gaúcho, Getúlio Vargas. O empreendedorismo dessa elite paulista representava muito mais uma tentativa de soerguimento de um grupo cafeeiro no cenário político nacional. A reação capitaneada por Freyre no Nordeste abarcou quase todos os Estados da região a exceção da Bahia, que desde a obra *Jubiabá* (1934) de Jorge Amado, optou por apresentar um regionalismo urbano, litorâneo e sincrético, distanciando-se da visão de miséria, fome e seca que pairava sobre o Nordeste.

A terceira fase historiográfica brasileira ficou marcada pela criação e institucionalização de vários cursos de graduação, nas áreas de humanidades, que tinham por intuito esquadriñar a geografia e a população do Brasil para fins desenvolvimentistas⁴. Essa fase foi consolidada com o surgimento de órgãos e entidades de classes, eventos, publicações e vários cursos de pós-graduação nos idos de 50 (LIMA; CORTES, 2013). Os referidos professores lembram que para compor a primeira fase de institucionalização situada entre 1934 e 35, foram contratados seis professores originários de universidades e liceus franceses: Emile Coornaert (História); Pierre Deffontaines (Geografia); Robert Garric (Literatura Francesa); Paul-Arbousse Bastide (Sociologia); Étienne Borne (Filosofia e Psicologia); e, Michel Berveiller (Literatura Greco-latina) (LIMA; CORTES, 2013).

Na fase subsequente, compreendida entre 1935 e 37, apenas dois intelectuais tiveram seus contratos renovados, Berveiller e Arbousse-Bastide. Os novos contratados vieram para um período de três anos,

Eram jovens sem experiência no ensino superior, mas tiveram forte influência na organização inicial dos cursos e na definição da agenda de interesses de pesquisa da Sociologia da USP nas décadas seguintes. Dentre eles, sobressaíram-se: Pierre Monbeig (Geografia), Fernand Braudel

⁴ Aqui vale uma observação. Alguns dos senhores poderão indagar: como institucionalização das ciências sociais se haviam, no mínimo a Escola do Recife e a Faculdade de Medicina da Bahia, entre outra na região sul? Mas, lembremo-nos que essas faculdades trabalhavam muito mais com o campo abstrato, teórico que propriamente empírico, descritivo, estatístico etc. É preciso recobrar que Mannheim adentra ao Brasil primeiramente pelas vias do planejamento, administração e burocracia, temas clássicos à sociologia alemã desde os tempos de Weber.

(História, o único já docente), Pierre Hourcarde (Literatura Francesa), Jean Maugüé (Filosofia), Claude Lévi-Strauss (Sociologia) e François Perroux (Economia). (LIMA; CORTES, 2013, p. 421).

No ano de 1937, o ensino superior no Brasil ganhou maior visibilidade com a instalação da Universidade do Brasil. No ano seguinte, desembarcou no Brasil uma nova missão de intelectuais, “composta de professores mais experientes como Roger Bastide (que substituiu Lévi-Strauss), Jean Gagé (substituindo Braudel), Alfred Bonzon (Literatura Francesa) e Paul Hugon (Economia) (Fundação Biblioteca Nacional, 2009).” (LIMA; CORTES, 2013, p. 421).

Feita essa introdução, gostaríamos de limitar-nos a uma análise acerca da segunda fase historiográfica do pensamento social. Período iniciado com a renúncia de D. Pedro I e seu retorno para Portugal fazendo eclodir várias revoltas de cunho liberal, em diversas partes do Brasil. Tentando abrandar essas revoltas surge uma historiografia, produzida a partir do IHGB e que tentativa criar uma narrativa de nação. Além disso, em 1826, fica decidido a criação das Faculdades de Direito em Olinda e São Paulo, voltadas para atender respectivamente as populações do norte e sul. Apresentar então esse cenário que se buscou construir uma narrativa e suavizar as revoltas liberais.

IHGB e o projeto de Nação

No ano de 1822, o Brasil se tornou independente. Estruturou-se, então, o Primeiro Reinado, mas a abdicação de D. Pedro I e seu retorno para Portugal suscitou diversas revoltas e conflitos no Brasil, norteados por ideologias liberais que marcaram todo o Período Regencial. Enquanto se aguardava a maioridade de Pedro II o Brasil foi governado por quatro regências, durante o período de quase uma década, quando em 1840, foi então antecipada e declarada a maioridade de D. Pedro II, aos 14 anos de idade.

O novo imperador assumiu o governo brasileiro ainda imerso em diversas revoltas em todo o país. A pacificação das elites regionais perpassava a criação de uma narrativa, capaz de agregar os revoltosos dentro de um projeto de nação. Como parte dessa política de pacificação nacional foi criado em 1838 o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Instituição responsável pela coleta de materiais e criação de uma narrativa preocupada em criar um ideal de nação. Godoy (2009) ressalta ainda que o

Conjunto de escritos encontrados, preservados e publicados sobre o patrocínio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado em 1838 num contexto de formação do estado nacional após o processo de Independência de 1822, e que teria possibilitado um passo importante no processo de institucionalização da pesquisa histórica no Brasil. (GODOY, 2009, p. 70-71).

No ano de 1840 se deu um concurso realizado pelo IHGB e o vencedor foi o naturalista alemão Karl Friedrich P. Von Martius (1781-1826). A partir de então, a referida instituição passou a organizar e sistematizar uma carga documental, de modo catalográfico, de modo a formular uma síntese interpretativa que fosse capaz de criar uma narrativa genuinamente nacional, apaziguadora dos conflitos internos e pacificadora dos diferentes povos.

Historiadores do século XIX, entre os quais os três mais importantes eram Von Martius, Varnhagen e Capistrano de Abreu, pretendiam divulgar um modelo de história que prestasse contas com a vida brasileira. Eles se inspiraram em tendências europeias, particularmente francesa e alemã⁵, sobre o qual se pensava sobre o debate da nação. Von Martius foi o primeiro nessa linha sucessiva e foi sucedido por Varnhagen.

Varnhagen (1816-1878) avançou no trabalho historiográfico atribuindo um critério classificatório entre historiadores episódicos, obras modernas, crônicas históricas e eruditismo (GODOY, 2009). O fio condutor dessa historiografia tradicional guiou uma produção entre os idos de 1868 a 1920, de modo a buscar de forma local afirmações e identidades regionais específicas.

Encerrando essa tríade historiográfica, tivemos Capistrano de Abreu, pensador preocupado com o tema indígena e buscar de um mito fundacional, em uma leitura moderna e romântica do índio brasileiro. Esse componente étnico foi então pensado dentro de um mito da nacionalidade passando a analisá-lo por sua contribuição para a formação cultural brasileira através de seus mitos, religiões, superstições etc.

⁵ A França tinha procurado evitar um estado de anomia, enquanto a Alemanha dedicava esforços para unificar uma nação. Na primeira, a palavra utilizada foi *civilization*, expressão por meio da qual se compreendia e classificava determinado povo por suas realizações materiais. Na Alemanha, essa tentativa se deu por meio da *Kultur*, que representava os aspectos imateriais de um povo, entenda-se idioma, símbolos etc., pelos quais os filósofos alemães dedicaram especial atenção no século XIX, fato esse que desembocou no desenvolvimento da filosofia naquele território.

Nesse sentido, percebemos que Capistrano de Abreu e João Ribeiro (1860-1934)⁶, ambos considerados paradigmas de historiadores no Brasil, comungam de uma influência comum, a saber o historicismo alemão de Werner Sombart (1863-1941)⁷. O indianismo romântico comum aos intelectuais dessa geração se deu, portanto, pela influência do conceito de *Kultur* e sua preocupado com um passado livre e o bom viver, que por sua vez, era o oposto ao ideal evolucionista francês de *civilization*. Infelizmente, dado às limitações do período, esses pensadores não tiveram como aprofundar suas linhas de pensamento naquele momento, mas eles abriram perspectivas tanto em seu tempo como em debates posteriores.

Um dos pilares lançados por Capistrano veio de sua proposta de sobre a nação e o dilema do atraso brasileiro. Desse modo, podemos afirmar que Silvio Romero, foi um interlocutor contemporâneo de Capistrano de Abreu no que tange a preocupação de etnias formativas do povo brasileiro. Entretanto, contrapondo-se ao ideal romântico, o jurista sergipano radicado na Escola do Recife, ampliou o leque de possibilidades étnicas inserindo o negro no debate e foi além quando coletou informações por meio do folclore (SOUZA, 2022). Outro pensador que refletiu por uma linha sugerida por Capistrano de Abreu foi Manoel Bomfim em 1902. Ambos os intelectuais adotaram pressuposto comuns, entendendo a classe dominante como exploradora da sociedade e findaram por criticar a colonização portuguesa e as classes dominantes no Brasil.

Em linhas gerais, a obra de Capistrano constitui uma antítese a de Varnhagen quanto a sua composição.

Rival de Varnhagen, Capistrano foi porém, paradoxalmente um seguidor do Visconde de Porto Seguro em vários aspectos. A própria ideia de fazer uma “nova história” do Brasil começou a germinar em Capistrano, de fato, não em sonho, mas a propósito de uma reedição crítica de Varnhagen, isto é, o projeto de fazer alentadas introduções a cada um dos volumes da *História geral do Brasil*. Enquanto surgiram alguns “Capítulos”, ou o esboço deles, parte dos quais publicados, em versão simplificada, a partir

⁶ João Batista Ribeiro de Andrade Fernandes ou simplesmente João Ribeiro (1860-1934) foi membro da Academia Brasileira de Letras e atuava em várias frentes, entre as quais jornalismo, crítico literário, historiador, entre outras atividades.

⁷ Capistrano de Abreu já apresentava influência do historiador alemão Werner Sombart historiador alemão nascido em 19 de janeiro de 1863 e que veio a falecer em Berlim a 18 de maio de 1941. Na obra de Capistrano de Abreu (1963) são apresentados indícios explicativos que remetem ao culturalismo. Sua interpretação do Brasil transitou pela análise entre meio e raça, e contrariamente aos humanistas de sua época, já vislumbrava uma visão pessimista acerca de um Brasil melhor.

de 1905, na revista *Kosmos* do Rio de Janeiro, sob o título de “História da pátria.” (VAINFAS, 2004, p. 176).

Varnhagen produziu uma obra excessivamente preocupada com citações, fontes históricas e explicativas, através de inúmeras notas de rodapé, sobre os cronistas coloniais. Por sua vez, Capistrano esteve preocupado em obter uma obra acessível à população, através de uma linguagem fácil, direta, sem muitas erudições, nem rebuscamentos, produzindo assim um livro em volume único de fácil acesso e compreensão popular.

Paralelamente no Recife, o Brasil assistia a uma virada epistemológica a partir do prefácio de Silvio Romero, texto que apresentava o livro de Tobias Barreto. Nesse texto, Romero apresentou novos critérios de cientificidade advindos diretamente da Europa, a saber o positivismo e evolucionismo social darwinista ao que ele denominou de *Bando de Ideias Novas*. Esse conjunto de ideias anunciadas por Romero em 1870 será debatido na sequência do texto a partir da contextualização de dois centros dedicados aos estudos do direito no Brasil criados em agosto de 1826, sendo um deles em São Paulo, com o intuito de atender às populações da região sul e outro em Olinda, dedicado às demandas das populações do Norte do país.

A Escola do Recife

Agosto de 1826 foi uma data importante para os estudos de direito no Brasil. Esse ano ficou marcado pela decisão de criação de dois centros dedicados aos estudos jurídicos, decisão ratificada através de lei de 11 de agosto de 1827. Nesse dia ficou definido a criação de um dedicado às populações do Norte, em Olinda, posteriormente transferido para o Recife, em 1854, e outro centro curso de direito na cidade de São Paulo, com o objetivo de atender as populações da região sul (SCHWARCZ, 1993).

Esses cursos passaram a funcionar de modo incipiente e precário. Em linhas gerais, além da escassez de educadores e falta de uma equipe com legitimidade intelectual, as profissões associadas aos egressos do curso gozavam de pouco prestígio. Apesar dessas dificuldades, esses cursos ajudaram a formar uma elite intelectual, rural dominante, que foram essenciais para a formação de homens que atuaram na política enquanto deputados, senadores, governadores e ministros ao longo do período imperial.

Desde o início, São Paulo e Olinda adotaram perspectivas teóricas distintas. O primeiro se viu mais influenciado pelo modelo liberal, enquanto a

Faculdade de Direito do Recife, de modo muito seminal, já se alinhava com a temática do problema racial, adotando como referência evolucionismo e darwinismo social como modelo de análise. Schwarcz (1993) observou que em Olinda o curso foi arquitetado por um modelo inspirado nas escolas portuguesas. Ela lembra que

Em Olinda tudo se assemelhava a metrópole portuguesa que se buscava combater. A estrutura do curso era idêntica à da escola de Coimbra assim, como os hábitos, já que em pleno verão “era comum ver-se acadêmicos usando chapéu alto, fraque e sobrecasaca preta.” (RAFDR *apud* SCHWARZ, 1993, p. 144)

O curso de direito funcionou na cidade de Olinda ao longo de 22 anos, mas em 1854, veio sua transferência para a cidade do Recife. Uma mudança para além do espaço geográfico, o novo ambiente proporcionou uma verdadeira guinada conceitual e produtiva. Seus intelectuais se lançaram a navegar por outros mares, abandonando a pouca produção intelectual, o enraizamento de base religiosa e o jusnaturalismo católico, passando a ser norteados por uma verdadeira virada na produção intelectual.

O professor Antônio Candido (1959) lembrou que juristas, médicos e engenheiros formavam a tríade de intelectuais que compuseram uma *intelligensia* brasileira do século XIX. Mais especificamente, coube aos juristas definir o Estado moderno, interpretar as relações entre vida econômica e estrutura política. Em meio a essas atribuições intelectuais, associativas do pensamento social brasileiro, deu-se no Recife uma virada epistemológica no pensamento social brasileiro.

Essas antigas orientações foram abandonadas e se passou a adotar o positivismo científico e evolucionismo como linhas mestras do pensamento social, orientados principalmente por uma obsessão científica com ênfase nos fatores naturais, especialmente à preocupação biológica sobre a raça; etapas históricas; estudos generalizantes e busca pelas grandes sínteses.

O marco dessa ruptura se deu quando Silvio Romero prefaciou o livro de Tobias Barreto apresentando um conjunto de ideias importadas da Europa, mas inovadoras no Brasil. Esse pacote de ideias às quais Romero denominou de *Bando de Ideias Novas*, pautava-se essencialmente pelo positivismo determinista racial. Esse prefácio provocou verdadeiro impacto na estrutura do curso em Recife, decorrendo daí a introdução de novos processos de críticas à história literária e a instrução ao direito e à política. Em um espectro ainda maior, pode-

mos afirmar que o referido texto impactou a monarquia, a hegemonia católica e o romantismo literário, classificados como responsáveis pelo atraso da nação brasileira, desembocando em um movimento reacionário de caráter republicano e positivista-cientificista.

Na avaliação do sociólogo Antônio Candido (1959), a fase compreendida entre 1870 e 1930 ficou marcada pela atuação de intelectuais não especializados, preocupados em formular princípios teóricos capazes de interpretar a sociedade brasileira de modo global. Em linhas gerais, o problema da construção de uma identidade nacional anunciado por Capistrano de Abreu continuou, mas a inserção de um determinismo racial no debate fez desembocar por uma interpretação pessimista de nação, fadada ao atraso. E assim, coube à Escola do Recife a tarefa de interpretar modelos eurocêntricos os adequando a realidade brasileira.

O quadro de referências e paradigmas europeus eram marcados pela ideia de branqueamento das raças, decorrendo aí uma incompatibilidade diante de uma nação miscigenada. Como consequência de uma ideia de branqueamento, surgiram medidas implementadas pelo Estado que se estenderam do fim do tráfico negreiro à abolição da escravatura em 1888. Há de se registrar ainda que não houve nenhuma ajuda ou benefício concedida aos antigos escravos.

De acordo com Boris Fausto (2001), a agenda em voga na transição do Império para a República era guiada por ideais sugeridos por Gobineau (filósofo francês: 1816–1882), Ratzel (geógrafo e etnólogo alemão: 1844–1904) e Agassiz (zoólogo e geólogo suíço: 1807–1873). Esses intelectuais propuseram um conjunto de ideias que levava inevitavelmente a um ideal de dominação branca, amplificada pelo debate da mestiçagem, sugerido Romero. No primeiro quartel do século XX, por sugestão de Oliveira Viana, esse pacote ideológico acerca do branqueamento foi incorporado pelo Estado

O bando de ideias novas: aceitações, críticas e reformulações

Essa seção nos remete ao contexto de uma sociologia constituída pelo positivismo, evolucionismo e republicanismo, elementos característicos da “geração 1870”, uma denominação que merece uma contextualização. Para isso recorremos a professora Ângela Alonso (2002, *apud*, SOUZA, 2022, p. 70), que percebeu nesses intelectuais, o fato de

estarem excluídos politicamente do império. Do ponto de vista intelectual foi possível perceber que, se por um lado, o determinismo biológico e racial funcionou como influenciadores dessa geração, por outro, a ausência

de uma maturidade empírica no Brasil forçou essa geração a buscar na filosofia social e na literatura, componentes propiciadores de uma credibilidade e de uma autonomia no campo.

Por sua vez, o universo da exclusão política é provavelmente um dos indicadores que mais chamam atenção na análise da professora Alonso (2002) sobre a geração de 1870. Além de republicanistas de primeira geração, em linhas gerais, esses pensadores estavam unidos não pela origem, raça ou classe social, mas pelo fato de formarem uma argamassa acadêmica civil e/ou militar que se fez rebelar por meio de diversas manifestações pulverizadas pelo país.

O pacote de ideias que fazia parte daquela agenda flertava com o germanismo aventado por Tobias Barreto e influências positivistas sugeridas por Silvio Romero, ambos na Escola do Recife. Os pensadores dessa geração tinham entre seus limites e possibilidades moldes lógicos e epistêmicos de se fazer ciência transitando de forma desprovida de fronteiras rígidas entre história, geografia, folclore, sociologia e literatura. No nosso entender, esses desbravadores foram pioneiros no pensamento social, classificá-los pela alcunha de intelectuais “pré-científicos” seria no mínimo errôneo, injusto e porque não dizer preconceituoso.

O conjunto de ideias sugerido por esses intelectuais atravessou o final do século XIX, o modernismo literário dos idos de 20 e pautou, de certo modo, o debate da tríade racial replicado na obra *Casa Grande e Senzala* (1933) escrito por Freyre. As ideias e a estruturação do livro apresentada por Romero, apresenta uma análise estruturalmente similar ao que foi escrito pelo pensador e sociólogo pernambucano. Ambas as obras dissecam sobre a contribuição de brancos, negros e índios para a formação do povo brasileiro e utilizam-se do folclore como ferramenta metodológica para coleta e catalogação desse aporte.

Apesar de nítida a influência do jurista sobre o sociólogo, Freyre não se reportou a Romero. Nossa intuição é que isso se deu de forma intencional e premeditada, visto que as ideias de Romero tinham um caráter evolucionista e desembocaram em uma política de branqueamento reforçada por Oliveira Viana. Freyre inverteu a visão pessimista sugerida por Romero que correlacionava o debate do atraso brasileiro com a questão racial e norteava a nação por uma lógica pessimista subserviente.

Essas ideias racistas começaram a ser questionadas, sem muita repercussão, por abolicionistas como Joaquim Nabuco (1849-1910). O médico Nina

Rodrigues, ao analisar o primeiro código civil do período republicano (1891), criticou de certo modo os ideais racistas ao questionar sobre a mesma responsabilidade criminal imputada a brancos, civilizados, provido de razão e outras etnias, índios e negros, considerados inferiores e desprovidos de racionalidade e por isso inaptos a assumirem seus atos penais. Já em 1902, Manoel Bomfim, apresentou uma tese ousada criticando o parasitismo europeu. Navegando no contra paradigma, seus ideais foram criticados, acusados de ausência empírica e por isso abandonados, sendo recuperados pelo estudos pós-coloniais após quase 70 anos.

Romero e Rodrigues, Recife e Bahia, de certo modo, estavam dialogando nas entrelinhas das necessidades de comprovações empíricas. Se o primeiro recepcionou e difundiu princípios positivistas no Brasil, Rodrigues teve o mérito de percorrer diversos terreiros nas periferias de Salvador, pesquisando sobre fenômenos de transe e possessão nos rituais afro, consolidando uma tradição empírica, que transitava a FAMEB. Veremos a partir agora a importância das teses sugeridas por Silvio Romero no campo do debate étnico e metodológico propondo pela fabula das três raças e o folclore como método, respectivamente.

Silvio Romero

Sergipano, natural de Lagarto, Silvio Romero concluiu o curso de Bacharelado em Direito, na Faculdade do Recife em 1873. Ele

iniciou sua atividade intelectual como jornalista e crítico literário no primeiro ano do curso, momento em que professou advogar abertamente a adesão ao positivismo de Augusto Comte e a alguns elementos da perspectiva evolucionista de Herbert Spencer. (BARBOSA, 2018, p. 43-44)

Esteve embebecido com parte dessa agenda que norteava o IHGB, preocupado com o dilema da nação e, assim, proclamou a necessidade pela busca de três elementos étnicos como formadores do povo brasileiro.

Conforme observado pelo professor Ivan Barbosa (2018, p. 49), “as primeiras análises sobre o fenômeno literário no Brasil dos noventa, assentadas em presumidos critérios objetivos, contaram com a significativa contribuição da geração de 1870.” Silvio Romero, influenciado pelo positivismo e pela busca do objeto como ele observou que

a literatura romântica e a indianista eram efeitos de uma imitação e desmereciam o componente negro e mestiço no processo de inspiração de obras e fenômenos culturais que manifestavam a autenticidade da situação nacional. O que existia como realidade modeladora da “excentricidade” e singularidade do brasileiro não estava apenas no português, no índio ou no africano. Essa realidade, apreendida em função de fatores biossociológicos, era o mestiço. (BARBOSA, 2018, p. 50)

Romero recorreu à literatura e ao folclore, e percebeu que no Brasil essas raças não permaneceram puras, deu-se no Brasil uma miscigenação racial, que foi o amálgama e ao mesmo tempo o motivo para o atraso brasileiro, conforme o autor. Seu texto “Introdução à história da literatura brasileira” (ROMERO, 2002 [1882]), apresenta um roteiro constituído de capítulos como:

“teorias da história do Brasil”, “a filosofia da história de Buckle e o atraso do povo brasileiro”, “o meio”, “fisiologia do brasileiro”, “a nação brasileira como grupo etnográfico e produto histórico”, “raças que constituíram o povo brasileiro o mestiço”, “literatura e folclore”, “tradições populares cantos e contos anônimos alterações da língua portuguesa no Brasil.” (ROMERO, 2002, [1882]).

Por fim, Romero propôs novas contribuições para o estudo do folclore brasileiro sugerindo a análise de fatores antro-etnológico do “branco”, “negro” e “índio”. Sua proposta era inovadora à medida em que se afastava do padrão civilizatório do branco e da hipervalorização romântica do nativo e trazia novos elementos para o debate como o negro e o mestiço. Essa ideia revolucionária encontrou interlocutores como Felisbelo Freire, Euclides da Cunha, Gilberto Freyre e Felte Bezerra entre outros⁸. A estrutura pensada por Romero e a relação meio geográfico e contribuição cultural por raça está presente ao menos em quatro grandes obras do pensamento social brasileiro: *História de Sergipe: 1575-1855* (1891); *Os sertões* (1902); *Casa Grande e Senzala* (1933) e *Etnias sergipanas* (1950).

⁸ Lembremo-nos, mais uma vez, que o nosso foco é analisar a estrutura predominante no pensamento social na transição do Império à República. A avaliação sobre Freyre remeteria aos idos da década de 1930 e de Bezerra uma década depois, culminando com a publicação de *Etnia sergipanas* (1950), considerado livro referência do autor. Assim sendo, embora anunciados, dada a natureza deste texto, os dois últimos não serão apreciados aqui.

Felisbello Freire: meio e raça/etnia para compreender a nação brasileira

A estrutura que correlacionava descrição do meio geográfico, com povoamento territorial e consequentemente à adaptabilidade da raça, esteve presente em *História de Sergipe: 1575-1855*, obra escrita pelo sergipano Felisbello Freire em 1891, onde podemos perceber a influência da reflexão de Romero e a preocupação com o tema da nação. Ao debater sobre as raças *turanianas*, esses autores estão norteados por um debate antropológico como elemento reivindicador de uma nação. Nesse sentido, o território nacional conclamado não corresponde necessariamente às fronteiras e limites políticos, mas sim étnico raciais, típico do pan-nacionalismo que existiu no determinismo geográfico e antropológico alemão de Ratzel. Freire (1891, p.14) fala então que

[...] esta posição dúbia, que o ilustrado critico sergipano Sylvio Romero põe em saliência, mostrando que a substituição proposta pelo litterato portuguez do nome *Seytho-mongolicas* pelo de *raças turanianas*, não indica mais do que a convicção do litterato portuguez sobre a inanidade do *turanismo*, a impossibilidade de uma divisão symetrica das línguas, como diz Gaidoz, do mundo inteiro, em uma triada de famílias não se prestando a natureza a uma cathegorisação tão simples.

Deixando isto, porém, de lado, vejamos se a primitiva raça que colonizou o Brazil foi a raça *turaniana*, como quer Theophilo Braga.

No Brazil, Sylvio Romero já refutou o *turanismo*, auxiliado pelos trabalhos de Meyer, Nott e Gliddon.

Pela referida citação, nota-se que Freire está preocupado em debater as ideias de Romero acerca sobre raça e povo brasileiro como elementos constitutivos de uma nação e ressalva a dificuldade de fazer isso pelo idioma, enaltecendo o debate racial. No primeiro capítulo, Freire discutiu sobre elementos mineralógicos e arqueológicos, passando depois a abordar os “*Elementos ethnicos do brasileiro. Sua physiologia e psychologia*” “[sic]”, analisou os diferentes tipos físicos e o resultado do cruzamento desses. No terceiro capítulo, ele apresentou os “*Factores externos da civilização no Brazil*” “[sic]”. *O Evolucionismo, a melhor teoria histórica*”, e mostrou a importância de estudos que relacionam homem e sua adaptação ao meio.

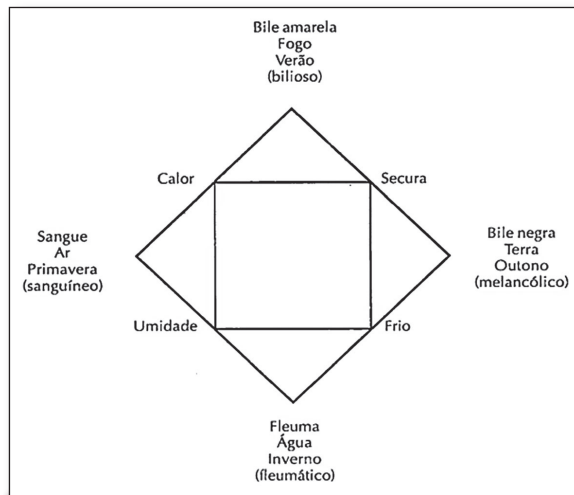
No que tange à psicologia, Freire (1891, p. 48) assinalou uma distinção entre povos do Norte e do Sul, onde os primeiros estariam

habitando uma zona mais fértil, sente a vida mais fácil e, por conseguinte, torna-se mais indolente, o que dificulta o espírito de iniciativa, a organização da indústria, o levantamento da descrença contra as classes dirigentes da política.

Assim sendo, Felisbelo Freire estabeleceu uma relação determinista entre clima, adaptação, sistema nervoso e industrialização, que muito lembra as quatro disposições propostas por Hipócrates (400 a 370 a.C.), considerado o pai da medicina.

a célebre relação entre elementos da natureza e comportamentos humanos, assim exemplificado:

Figura 1: Elementos da natureza e comportamentos humanos segundo Hipócrates



Fonte: Oliveira; Lima (1996).

[...] os evolucionistas do século XIX utilizaram as correlações hipocráticas com interesses de implantar uma dominação ideológica estabelecendo conexões entre elementos biológicos e tipos comportamentais. No primeiro grupo, destacamos pessoas com predominância sanguínea, regidos pelo ar, guiados pela primavera e que apresentavam, predominantemente, comportamentos impulsivo e irritado. O grupo seguinte é norteado por indivíduos fleumáticos e suas correlações com a água, o inverno, em indivíduos sonhadores, pacíficos, dóceis, presos aos hábitos e distantes das

paixões. O oposto a esse grupo é aquele onde os indivíduos são marcados pela raiva, pela cólera ou bÍlis amarela, com predominância do fogo, do verão, que caracterizam o sujeito ambicioso, dominador, com propensões a reações abruptas e explosivas. Por fim, o tipo melancólico, marcado pela bÍlis negra, no qual encontramos um perfil de sujeito arraigado à terra, norteado pelo outono, um indivíduo nervoso, pessimista, rancoroso e solitário. (SOUZA, 2022, p. 199).

A relação entre meio e raça pautava uma agenda entre Norte-Sul, sertão e litoral dado, em geral, pela expectativa de um homem rústico, marcado pela raiva, típico do homem sertanejo em oposição ao tipo civilizado sulistas e/ou litorâneo, ligado a climas mais frios. O determinismo geográfico determinístico de uma psique humana esteve presente na noção preconcebida de um sertão descolorido e sem vida de Euclides da Cunha, revelando-se, assim, uma primeira contradição entre uma expectativa literária e sua comprovação empÍrica (SOUZA, 2022).

Euclides da Cunha um republicano

Euclides da Cunha (1866-1909) foi um escritor e jornalista, formado na Escola Militar, instituição pautada nos altos estudos e voltadas para as ciências exatas, matemática e formação para engenharia. Fez parte do grupo dos republicanos, com orientações muito próximas dos jacobinos e como tal responsabilizava o império pelo atraso brasileiro.

Filiou-se a esse grupo, tentou se tornar deputado, chegou a intervir dentro do Exército Brasileiro e participou do Ministério das Relações Exteriores, junto ao Barão de Rio Branco. Conhecendo essa realidade é possível a conjecturara que Cunha tinha pretensões de se tornar um grande líder republicano, mas a chegada desse grupo ao poder, desiludiu o referido intelectual e uma das práticas políticas que mais o decepcionou foi a do desterro, uma técnica pautada no distanciamento geográfico de seus inimigos políticos, enviando-os para regiões desérticas como Amazonas, Minas Gerais etc.

Influenciado pelos ideais cientificistas do século XIX e, portanto, defensor do processo civilizatório, Cunha via a prática do desterro com muita tristeza. Sua decepção, descontentamento e rebeldia com tais práticas lhe custaram caro. Então, mesmo ele pertencendo ao alto quadro do exército brasileiro, foi enviado a trabalhar no interior de Minas Gerais, seguindo posteriormente para as fronteiras do Norte do Brasil.

Cunha tinha formação e domínio em ciências exatas e desenhos técnicos, e por isso foi incumbido de mapear, descrever e publicar textos de lugares até então pouco conhecidos, a exemplo da região Amazônica ou “deserto verde”. Enviado para cobrir jornalisticamente a Guerra de Canudos, aí se deu uma virada em seu pensamento, quando em Monte Santo na Bahia, “o homem das letras e ciências” se defrontou com um sertão vivo, totalmente diferente daquele anunciado pela literatura de sua época (GALVÃO, 1984; 2004).

A obra *Os Sertões* foi escrita em um misto de euforia pelo impacto empírico de seu autor na região, mas muito influenciado pelo evolucionismo da época sobre esse intelectual. Esse traço é bastante nítido na forma como Cunha se reportava à região, denominando-a de Tróia de Taipa, seus combatentes, os jagunços etc. O livro é dividido como uma peça de teatro grego, são apresentados: o cenário, dado pelo sertão; os atores, compostos por jagunços e sertanejos; e por fim, o ato final, a guerra.

Ele seguiu o cientificismo de Silvio Romero e como profundo conhecedor das ciências naturais, Cunha descreveu a geografia do sertão nos seus mínimos detalhes. No segundo capítulo, temos a presença humana e a disputa feroz pela disputa hegemônica do território em questão. Influenciado pelas ideias de seu tempo e preso também às suas convicções subjetivas pessoais, Cunha finda por valorizar o branco, representado pelo exército, fazendo prevalecer o cientificismo evolucionista que permeava a geração de 1870 a 1930. Por fim, temos o “ato final” dado pelo capítulo intitulado “A luta”, no qual são narradas as batalhas em Bole Monte.

O pensamento de Euclides da Cunha é marcado pelo cientificismo evolucionista de sua formação e sua postura romântica, que tende a valorizar o sertanejo como herói nacional, apesar de denominá-lo jagunço. A obra situada em um período de secularização do pensamento tem o mérito de propor um Brasil diferente, dado pela contradição entre o litoral moderno e o sertão arcaico, região habitada pelos desvalidos, esquecidos pelo Estado, pela ausência de leis, onde imperam os mais fortes.

⁹ A categoria *deserto* que se caracteriza pela ausência do Estado, delimitando um território marcado pela ausência de perspectivas, governo e leis, fazendo prevalecer a lei do mais forte. O deserto é dado pelo abandono e esquecimento, portanto o “deserto da Amazônia” e “deserto do sertão baiano” são tidos como sinônimos de sertão, de esquecimento estatal, configurando assim um *lócus* de resistência muito forte ao processo civilizatório (BEZERRA, 1984).

Considerações finais

O presente texto foi guiado pela sociologia do conhecimento ou sociologia dos intelectuais intuída por Mannheim, cuja preocupação é a formação de uma *intelligentsia* responsável por gerenciar os conflitos entre diferentes grupos ideológicos. No período em questão, o Brasil vivia intensos conflitos entre diferentes elites políticas, por isso foi criado o IHGB, com a missão de coletar uma documentação e criar um discurso capaz de apaziguar tais diferenças. Lamentavelmente essa missão não teve êxito, pois ficou restrita ao Rio de Janeiro, à corte e aos seus hábitos afrancesados.

Enquanto isso, no Recife, o mestiço Tobias Barreto, por coerências de seu itinerário pessoal, findou por optar pela oposição à corte, recepcionando o germanismo no Brasil. Na sequência, Silvio Romero, que também estava no Recife, trouxe ideias positivistas e evolucionistas para o Brasil e contraditórias ao germanismo. Ele, no entanto, reconhecendo a autoridade de Tobias Barreto, procurou evitar enfrentamentos com esse, praticando uma sociologia do conhecimento passível de análises ritualísticas e cotidianas (COLLINS, 2004). Esses pensadores, apesar de suas divergências e opções intelectuais, respeitavam-se mutuamente, tanto que, no prefácio do livro de Barreto, escrito por Romero, encontra-se o conjunto de ideias que irão marcar a geração de 1870.

Sua ideia sobre fabula das três etnias formativas - folclore como método, meio geográfico e adaptabilidade cultural -, influenciaram obras de vários republicanos da Primeira Geração, entre os quais se encontra Felisbelo Freire e Euclides da Cunha. Mais que isso, suas ideias sobre a composição étnica do povo brasileiro ultrapassaram os idos de 1930 e estiveram presentes nas obras de Gilberto Freyre, que fez questão de omiti-lo, muito provavelmente em face a sua ligação com o branqueamento e o determinismo racial. A substituição de uma ideia pessimista de nação dada pela mestiçagem, sendo substituída por um ideal otimista dado pela miscigenação agradou os interesses de construção de um Estado ufanista, projetou o Brasil enquanto laboratório racial, despertando a atenção de intelectuais internacionais que queriam testar a hipóteses raciais aventadas por Freyre, chamando também a atenção da UNESCO, interessada em compreender a harmonia entre diferentes povos e etnias e atraiu capital internacional, e preocupada em investir em territórios distantes dos conflitos mundiais.

REFERÊNCIAS

ABREU, J. C. de. **Capítulos de história colonial (1500-1800) & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil**. 5. ed. Brasília: Ed. da UnB, 1963.

ALBUQUERQUE JR., D. M. “O Nordeste é uma invenção das elites agrárias”. **Revista IHU on-line** (Instituto Humanitas Unisinos), 2017. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/573122-o-nordeste-e-uma-invencao-das-elites-agrarias>>. Acesso em: 24 mar. 2022.

ALBUQUERQUE J.R., D. M. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2009.

BARBOSA, I. F. Lugares de Silvio Romero na sociologia brasileira. **Revista TOMO**, Sergipe, n. 32, p. 41-70, jan./jun. 2018.

BARBOSA, Ivan Fontes. Considerações sobre as dimensões políticas do conhecimento em Karl Mannheim. **Revista Latitude**, Maceió, 2019. p. 57-79. v.13, n.1.

BARBOSA, I. F. Considerações sobre as dimensões políticas do conhecimento em Karl Mannheim. **Latitude**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 57–79, 2019. DOI: 10.28998/lte.2019.n.1.6359. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/latitude/article/view/6359>. Acesso em: 17 mar. 2023.

BEZERRA, F. **Etnias sergipanas**. 2. ed. Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1984.

BORTOLI, L. V.; GALLON, S. A repercussão da sociologia do conhecimento de Karl Mannheim no Brasil: uma análise da presença do autor no país e nos estudos de administração. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa (RECADM)**, [on-line], v.14, n.3, p. 166-181, set./dez. 2015.

BOURDIEU, P. Sistema de ensino e sistema de pensamento. *In*: **A economia das trocas simbólicas**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005. p. 203-230.

CÂNDIDO, A. A sociologia no Brasil. *In*: **Enciclopédia Delta Larousse**. Rio de Janeiro: Delta S/A, 1959. p. 2216 - 2232.

COLLINS, R. **Interaction ritual chains**. Princeton: Princeton University Press, 2004.

FAUSTO, B. **O pensamento nacionalista autoritário**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FONTANA, F. A Sociologia do Conhecimento de Karl Mannheim aplicada ao Pensamento Político e Social Brasileiro. *In*: CÊPEDA, Vera Alves; MAZUCATO,

Thiago; FONTANA, Felipe. (orgs.). **Interfaces da sociologia do conhecimento de Karl Mannheim**. São Carlos: Ed. da UFSCar, 2015. p. 205-258.

FREIRE, F. **História de Sergipe: 1575-1855**. Rio de Janeiro: Typografia Perseverança, 1891. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221700>. Acesso em: 17 jul. 2020.

FREYRE, G. **Nordeste**. São Paulo: Global, 2013.

FREYRE, G. **Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 48. ed. rev. São Paulo: Global, 2003.

GALVÃO, W. N. (org.). Euclides da Cunha: Os sertões. *In*: MOTA, Lourenço. (org.). **Introdução ao Brasil: Um banquete no trópico**. 4.ed. São Paulo: Ed. Senac, 2004. p. 151-170.

GALVÃO, W. N. (org.). **Euclides da Cunha**. São Paulo: Ática, 1984.

GODOY, J. M.T. de. Formas e problemas da historiografia brasileira. **História Unisinos**, v.13, n.1, p. 66 - 77, jan./abr. 2009.

LIMA, J. C.; CORTES, S. M. V. A sociologia no Brasil e a interdisciplinaridade nas ciências sociais. **Civitas: revista de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 13, n. 3, p. 416–435, 2013. DOI: 10.15448/1984-7289.2013.3.16522. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/16522>. Acesso em: 16 mar. 2023.

MANNHEIM, K. **Sociologia da Cultura**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

MANNHEIM, K. **Essays on the sociology of knowledge**. London: Routledge e Kegan Paul LTD, 1964.

MORENO, J. C. Revisitando o conceito de identidade nacional. *In*: RORIGUES, Cristina Carneiro; LUCA, Tania Regina de; GUIMARÃES, Valéria (org.). **Identidades brasileiras: composições e recomposições**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p. 07-30.

PEIXOTO, F. A. Franceses e norte-americanos nas Ciências Sociais brasileiras. *In*: MICELI, Sérgio (org.). **História das ciências sociais no Brasil**. São Paulo: Ed. Sumaré, 2001. p. 477-532. Vol. 1.

PIVA, L. G. **Ladrilheiros e semeadores: a modernização brasileira no pensamento político de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte (1920-1940)**. São Paulo: Ed. 34, 2000.

ROMERO, S. Introdução à história da literatura brasileira. *In: Literatura, história e crítica*. Rio de Janeiro: Imago. São Cristóvão: Editora da Universidade Federal de Sergipe [1882] 2002. p. 03-12.

ROMERO, S. **A América Latina**: análise do livro de igual título do Dr. M. Bomfim. Porto: Chardron, 1906. Disponível em: <<https://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/25976>>. Acesso em: 22 abr.2022.

ROSI, B. G. **Squaremas, Luzias, o Brasil e os Estados Unidos**. Rio de Janeiro: 2016. Tese (Doutorado apresentado ao Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro). Rio de Janeiro, 2016.

SCHWARCZ, L. K. M. **O espetáculo das aças**: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOUZA, F. S. **Felte Bezerra**: um odontólogo no contexto de recepção das ciências sociais no Brasil. 2022. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Sociologia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2022.

VAINFAS, R. Capistrano de Abeu: capítulos de história colonial. *In: MOTA, Lourenço*. (org.). **Introdução ao Brasil**: Um banquete no trópico. 4. ed. São Paulo: Ed. do Senac, 2004. p. 171-190.

VIEIRA, C. E. Intelligentsia e intelectuais sentidos, conceitos e possibilidades para a história intelectual. **Revista brasileira de história da educação**, v. 8, n. 1 [16], p. 63-85, jan./abr. 2008.

Recebido em: 25 de outubro de 2021

Aprovado em: 11 de outubro de 2022